

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E O PROBLEMA DO SEPARATISMO

Manuel Correia de Andrade

Resumo

Nos últimos anos - sobretudo depois da queda dos regimes comunistas – o nacionalismo e, conseqüentemente, o separatismo, têm estado na ordem do dia. No Brasil têm surgido, tanto no norte como no sul, reivindicações separatistas em nome de supostos interesses contrariados e de pretensas unidades étnico-culturais a nível regional. A questão da unidade nacional, que é fundamental para que o Brasil sobreviva como país, deve ser analisada sem paixão ou partidarismo. O problema está profundamente ligado ao uso inteligente dos meios de informação em termos de uma conscientização política que leve em conta as vantagens comparativas, em termos de escala, da unidade nacional.

Os dias atuais, tão próximos à virada do século, constituem-se uma época conturbada e contraditória, sob os mais diversos aspectos; fala-se muito em modernidade e em modernização, mas, muitas vezes, estas palavras são utilizadas em defesa de formas arcaicas de organização social e de controle do poder, apenas vestidas com novas roupagens. Assim, para combater-se o ideal de um Estado que vise atingir o bem estar social, ideal democrático, procura-se ressuscitar o liberalismo, sob o nome de neoliberalismo, concentrando todo o poder e controle da sociedade em mãos de grupos econômicos, excluindo a participação do Estado, da sociedade civil, das associações não governamentais, do controle social.

Analisando-se os problemas especiais, o controle dos territórios, procura-se dar ênfase à política de concentração dos países em confederações ou em associações, como o Mercado Comum Europeu, a NAFTA ou o Mercosul, ressaltando que os interesses nacionais e regionais desapareceram, estão arquivados diante de uma política de globalização na qual países ricos e pobres se associaram em função da realização do bem-comum e de um ideal democrático.

Quando se procura fazer uma análise da atual geopolítica, observa-se que as chamadas uniões plurinacionais, concentradoras de territórios e de poder na mão de pequenos grupos ligados ao grande capital, dão origem também, em contrapartida, a reações nacionais e locais, em toda a superfície da Terra. Um exemplo gritante é o da União Soviética que, de potência tida como a segunda mais importante do mundo, esfacelou-se em quinze repúblicas independentes que lutam desesperadamente para recuperar a sua economia, face ao desaparecimento da complementariedade entre as mesmas e a dificuldade de passar-se de um sistema planejado pelo Estado, em função do bem público, para um sistema controlado pelas empresas que têm como preocupação suprema a maximização dos lucros. E, em cada uma destas repúblicas independentes, surgem movimentos étnicos e regionais de realocização de fronteiras e de autonomia de nacionalidades que se consideram dominadas. Para não criar muitos exemplos, basta que se chame a atenção ainda para a luta entre a Armênia e o Azerbaijã e a luta de nacionalidades minoritárias localizadas em posições próximas às

fronteiras, como ocorre na Geórgia. Na própria Rússia, os desejos autonomistas de várias nacionalidades são manifestados contra a permanência na Federação Russa, como ocorre com a Tartária e a Chechênia.

O caso mais grave é o da Iugoslávia, país que foi dividido em várias repúblicas – Sérvia, Croácia, Eslovênia, Bósnia e Macedônia - e onde há luta não só entre estas repúblicas, como de minorias, como a Albanesa, no Kosovo, e entre grupos sérvio, croata e mulçumano na Bósnia.

Analisando estes casos, o brasileiro geralmente bendiz o fato de que em todo território nacional fala-se a mesma língua e domina-se a mesma religião, julgando, desse modo, que o Brasil estaria imune a problemas deste tipo, a problemas separatistas. Será que esta crença tem fundamentação na realidade, ou ela é um produto de dezenas de anos de uma propaganda veiculadas nos livros, revistas e jornais, pelas classes dominantes, na tentativa de fazer esquecer divergências profundas? Existirá realmente uma nação brasileira ou vários grupos nacionais no território brasileiro? É assunto importante para ser analisado com profundidade e honestidade pelos mais variados meios de comunicação.

Inicialmente, devemos lembrar que o Brasil não se constitui numa unanimidade étnica, religiosa e cultural. Não se constitui numa comunidade étnica porque há uma expressiva população indígena que vive em determinadas áreas, às vezes, juridicamente demarcadas, mas não respeitadas, formando várias nações. Até que ponto o indígena, que vive em uma situação de dominação e de espoliação, se considera integrado à nacionalidade brasileira? Se as suas lideranças não proclamam a necessidade de independência ou de autonomia dos seus territórios, como ocorre com os esquimós e peles vermelhas no Canadá, já sugeriram a criação de um estado na federação brasileira que compreendesse as várias reservas indígenas. Eles têm contra si a descontinuidade territorial de suas reservas, as diferenças existentes entre as numerosas nações indígenas, os desníveis de desenvolvimento cultural e o insignificante poder de pressão sobre o Governo e a sociedade dominante. Ao ser feita a demarcação da reserva dos yanomamis, por exemplo, foram numerosos os cidadãos que reclamaram da grande extensão territorial da mesma em relação ao número de indígenas que ela iria abrigar, mas estas mesmas pessoas não reclamaram, contra latifúndios de dimensões consideráveis concedidos às empresas nacionais e estrangeiras no processo de ocupação da Amazônia.

A população negra e mulata é muito expressiva na população brasileira, embora não ocupe áreas determinadas e delimitadas, se espalha pela maior porção do território nacional, sempre discriminada e excluída dos espaços de poder, salvo em casos excepcionais. Daí as reivindicações de vários movimentos e associações de pessoas de cor, e a intensificação de crenças religiosas negras, africanas, e da cultura negra nos mais diversos setores culturais e artísticos. Bahia, Pernambuco e Maranhão são estados cuja população negra expressiva organiza-se para conquistar os seus direitos.

Mesmo entre os brancos ou quase brancos, as diferenças culturais são gritantes. Observando-se em estados do Sudeste e do Sul, áreas dominadas por descendentes de italianos, de alemães, de polacos, de russos, de letos etc, nas quais os brasileiros de quarta e quinta gerações ainda falam, no meio rural, a língua dos seus antepassados, e onde se auto-intitulam de “italianos”, “alemães”, “polacos”, basta notar como os descendentes de Italianos correram aos consulados da Itália para obter cidadania, a partir do momento que este país passou a reconhecer como seus cidadãos, filhos e netos de italianos nascidos no Brasil. Por que esta preferência pela cidadania italiana frente à cidadania brasileira?

E a grande quantidade de asiáticos, formada por judeus, árabes, japoneses, chineses e coreanos que se concentram em certas regiões e procuram enfrentar, unidos, a adversidade da vida em uma sociedade dominada por grupos étnicos diferentes dos seus.

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, viu-se como os súditos e descendentes de migrantes dos países do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - solidarizaram-se com a ação

destes países, organizando-se para apresentar reivindicações políticas, caso eles fossem vitoriosos na Guerra.

Mas o problema brasileiro não é apenas étnico, é também histórico e social. Na verdade, no período colonial, apesar de haver uma administração centralizada em Salvador (1549/1763) e no Rio de Janeiro (1763/1822), as capitanias (atuais estados) formaram-se isoladas uma das outras e criaram um sentimento regional bem superior ao sentimento nacional, à consciência de brasileiro. Os movimentos favoráveis à independência foram regionais, como ocorreu com a Inconfidência Mineira (1789) que almejava a formação de um estado nas capitanias ligadas a Minas Gerais, a Revolução dos Alfaiates (1798), que procurava libertar a Bahia, a própria Revolução Pernambucana de 1817 que procurou fazer a independência das províncias do Nordeste do Brasil, esperando estender a sua influência do Ceará a Bahia.

Durante a luta pela Independência (1820/1823), observa-se mesmo a existência de duas correntes, uma liderada por Pernambuco, que continuava a tradição da República de 1817, desejando aglutinar as províncias do Nordeste em uma república, libertando a região tanto do domínio português como da casa de Bragança, e outra liderada por paulistas e fluminenses que procuravam fazer apenas a separação entre Brasil e Portugal, mantendo a monarquia, a dinastia e até oferecendo a Coroa ao príncipe herdeiro português. Esta segunda corrente foi vitoriosa no 7 de setembro, mas ainda nos primeiros anos do Brasil independente, sentiu-se que a unidade nacional estava insegura, tendo sido mantida não por ato de vontade do povo, mas pela força das armas. Assim, já em 1823, D. Pedro, que era Imperador pela "livre aclamação dos povos", dissolveu a Constituinte e promulgou uma constituição que lhe dava poderes excepcionais, através do exercício do Poder Moderador. No ano seguinte, em 1824, Pernambuco levantava-se, com apoio de outras províncias, propondo a formação de uma república confederada - a Confederação do Equador - que foi esmagada, com uma violência exarcebada, pelo jovem Imperador.

Em 1827, ocorreria na Bahia, em Salvador, a revolta dos negros Malês, islamizados, que pôs em risco a elite soteropolitana, fazendo lembrar os acontecimentos que deram origem ao movimento de Independência do Haiti.

Durante o período Regencial, quando o poder Central foi enfraquecido, o país tornou-se um vasto campo de batalha com revoluções populares no Pará (Cabanagem), no Maranhão e Piauí (Balaiada), no Ceará (Revolta de Pinto Madeira), em Pernambuco e Alagoas (Guerra dos Cabanos), na Bahia (Sabinada, com a proclamação da república Baiense) e no Rio Grande do Sul e Santa Catarina com as repúblicas de Piratini e Juliana.

Observa-se que, do modo como foi conduzido o processo, a Independência teve duas grandes frustrações: a das classes menos favorecidas, formadas por escravos, índios e brancos pobres que esperavam que a separação de Portugal trouxesse melhorias econômicas e sociais e a das elites regionais ao verem que o quadro institucional não mudara e que as províncias, que esperavam gozar de uma certa autonomia, após a separação de Lisboa, viram a capital portuguesa apenas substituída pelo Rio de Janeiro, a Corte, onde o grupo agrário-exportador continuou a dominar o país, ocupando os cargos e funções do poder e desfrutando das rendas oriundas da exportação do café, do fumo, do açúcar e do cacau, principais artigos de exportação.

Nesse período, em que se formou o Estado sem que existisse ainda a nação, as pessoas se julgavam pernambucanas, paraibanas, paulistas, baianas, mineiras, fluminenses, gaúchas, etc. e depois brasileiras. A condição de brasileiro, da nacionalidade, vinha depois da naturalidade.

Na organização imperial, atenuada durante a Primeira República (1889/1930) e reintegrada no período posterior à Revolução de Trinta, o Brasil viveu em um sistema de controle do poder central sobre o poder estadual e regional, fazendo quebrar a autonomia dos estados, procurando desfigurar suas tradições, além de enfraquecer a sua vida econômica. Compreendendo os brasileiros que dentro da unidade existe a diversidade, e os interesses nacionais não devem anular os interesses regionais e estaduais, naturalmente reagem à injusta distribuição de recursos e a preferência de umas regiões sobre outras.

Analisando-se a política de planejamento no Brasil, observa-se, também, que o

controle dos recursos pelo Governo federal, vem favorecendo sobremaneira os estados ricos contra os interesses dos estados pobres, quebrando, dentro da federação, a unidade de direitos e deveres que deveria existir entre uns e outros estados, entre as regiões menos e mais favorecidas. Esta política centralizadora que empobrece regiões em favor de outras, é profundamente prejudicial à unidade nacional e favorável ao surgimento do espírito de desintegração e de separatismo.

No momento que vivemos, a propaganda separatista vem se acentuando e ganhando espaço nos meios de comunicação falados e escritos, sendo mais forte nos estados do Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde fanáticos de ultra-direita proclamaram a formação da República do Pampa Gaúcho, e no Paraná e Santa Catarina onde se invoca o exemplo de Laguna. Geralmente, os sulistas separatistas queixam-se de que são prejudicados pela União na repartição dos recursos com que contribuem para a mesma e do que recebem em troca, procurando culpar os nordestinos, acusando-os de incapazes, de preguiçosos, de perdulários e de recebedores de recursos da União.

Não procuram informar-se e ver que o Nordeste contribui mais do que recebe da União, que é o seu grande fornecedor de petróleo e de outras matérias primas e de que, pelo Nordeste, se espraiam hoje ondas de migrantes gaúchos (oeste da Bahia) que certamente não queriam voltar para o território da hipotética República do Pampa se ela se tornasse independente. É incompreensível que estados hoje super-povoados e centros de emigração para o Centro-Oeste, para a Amazônia e para o Nordeste, defendam a separação do país para formar uma república independente, certamente sem negros e sem nordestinos.

Em São Paulo também existem grupos que desejam a separação do país, alegando que o estado é uma área desenvolvida que fornece recursos para as várias regiões sem receber retorno da riqueza que promove. Grupos de extrema-direita, organizados em *gangs*, procuram hostilizar os nordestinos nas grandes cidades paulistas, responsabilizando-os pelos principais problemas ligados à miséria urbana. Estudando-se a história econômica do Brasil no século XX, observa-se que São Paulo obteve um desenvolvimento invejável em consequência da união entre os vários estados do Brasil de vez que dispôs de matéria-prima de todo o país, de uma mão-de-obra de baixo preço, barata, migrada dos vários estados, que teve ao seu dispor o grande mercado consumidor nacional protegido por barreiras alfandegárias que impediam a competição de produtos industriais europeus, americanos e japoneses.

Qual seria a situação de São Paulo se estivesse fechado em suas divisas estaduais, transformadas em fronteiras internacionais, sem dispor de matéria prima, força de trabalho barata e de um mercado para consumir os seus produtos? Qual será a situação de São Paulo se o Brasil for dividido e ele tiver de enfrentar o poder econômico das grandes potências industriais?

No Nordeste existem também, grupos que sonham com a independência, a ponto de exibir um "Centro para o Estudo do Nordeste Independente", de haver até uma canção muito divulgada no país sobre o que seria o Nordeste independente. Afirma-se que se fosse independente o Nordeste poderia participar da OPEP, de vez que produz mais petróleo do que consome e teria um balanço de pagamento favorável, pois o valor das exportações é superior ao das importações. Reclama pela pequena participação nas verbas nacionais, de vez que todo o dinheiro gasto até hoje no combate à seca é inferior ao gasto na construção da Hidrelétrica de Itaipu. Sente-se, portanto, injustiçado, empobrecido e humilhado face à discriminação que lhe é imposta pelos estados mais ricos.

A Amazônia e o Centro-Oeste são espaços em ocupação onde se discute a oportunidade de uma diretriz política que provoque o crescimento e o povoamento das duas regiões, sem que se faça a destruição intensiva da natureza e se alienem os recursos naturais aos grupos econômicos estrangeiros. Alienação que foi feita abertamente em numerosos projetos, como o Jari e, até certo ponto, o de Carajás. Na Amazônia, além do perigo separatista, certamente simpático a lideranças ligadas aos capitais estrangeiros, há o perigo de arrendamento ou de entrega da maior porção do território nacional a grupos internacionais.

A questão da unidade nacional, que é fundamental para que o Brasil sobreviva como país, deve ser analisada sem paixão ou partidarismo. Ela passa pela defesa dos recursos naturais que devem ser explorados em consonância com os interesses nacionais consagrados pelo art.20 da Constituição de 1988; passa pelo fortalecimento do Estado frente às empresas privadas, fazendo com que o mesmo não só administre as questões sociais como também tenha interferência na exploração econômica em áreas estratégicas; passa pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a fim de que o país elabore os próprios modelos de desenvolvimento e não fique atrelado a modelos alienados e importados; passa pelo desenvolvimento da consciência da cidadania, fazendo com que o brasileiro coloque os problemas do país acima dos problemas dos estados e dos problemas pessoais; e passa, finalmente, pelo respeito às características regionais e étnicas dos brasileiros que necessitam afirmar sua consciência social frente à consciência política.

O problema da união nacional e do afastamento dos ideais separatistas está profundamente ligado ao problema do uso dos meios de informação, na conscientização do povo. Para isto, devem ser estimuladas pesquisas e estudos sobre as características regionais, estaduais e locais em todo o país, procurando atingir as suas raízes e orientar de que maneira elas devem ser estimuladas e contribuir para uma convivência entre o todo e as partes. Ocorreria, assim, a publicação de livros, de artigos científicos de profundidade e de divulgação onde o problema seja encarado com naturalidade e equacionado de forma a demonstrar que a unidade está dialeticamente na pluralidade e não na imposição do mais forte sobre o mais fraco.

Jornais, revistas de divulgação, programas de rádio e de televisão poderiam ser programados para discussão entre pessoas que tenham divergências quanto ao assunto, a fim de que ponham os seus pontos de vista e ouçam os dos outros, através de painéis e mesas redondas. Só se esclarecendo a população, que é muito sensível aos meios de comunicação, é que se encontrará o caminho para formar a unidade sem esmagar a diversidade.

Vive-se, atualmente, um momento transcendente no Brasil, quando se procura fazer uma revisão da Constituição, e aí, os meios de comunicação têm uma grande responsabilidade na preparação da população, a fim de que se defina, na hora exata, o que deseja, o que espera dos governos. E a presença do estado, mesmo quando considerado como um Leviatã, à moda de Hobbes, é indispensável à estabilidade da sociedade e ao bem-estar da população, pois, sem comunicação, não há formação de opinião pública nem paz social.

THE MEDIA AND THE PROBLEM OF SEPARATISM

Abstract

In recent years - particularly after the fall of the Communist regimes – nationalism and, consequently', separatism, have become the order of the day. Separatist claims have arisen in Brazil, both in the North and in the South, in the name of supposed opposing interests and of alleged ethnic-cultural Regional level. The question of national unity Which is fundamental for the survival of Brazil as a nation, should be analysed without passion or partisanship. The problem is closely' linked to the intelligent use of the information media with respect to political conscientization which takes into account the comparative advantages, in terms of scale, of national unity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do nordeste**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GEPOLÍTICA do Brasil. São Paulo: Ática, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de et al. **O Brasil monárquico, 1. O processo de emancipação. História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1962.

TAVARES, F.Muniz. **Revolução pernambucana de 1817**. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

VIZENTINI, Paulo G.F. (org.). **A nova (des)ordem internacional dos anos 80 e 90**. Petrópolis: Vozes, 1993.